



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

ATA

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA ESTADUAL DE
REDD+ DE 2023, OCORRIDA EM 25/01/2023

Relato: Às 14h22min do dia 25/01/2023, o sr. Maurício Philipp, Coordenador de Mudanças Climáticas e REDD+, deu início à 1ª reunião do Conselho Gestor de REDD+ de 2023 e apresentou a pauta. **Aprovação da Repartição de benefícios do Programa Rem.** O coordenador de mudanças climáticas e REDD+, sr Maurício Philipp, realizou a abertura da reunião e deu as boas-vindas. O sr Maurício pontuou a respeito do cumprimento da salvaguarda de participação pelo Programa Rem MT, que procura sempre levar as principais decisões ao Fórum para conhecimento e contribuições da sociedade civil. Enfatizou que o documento em discussão e deliberação na presente data seria da maior importância, por ser considerado a essência do Programa REM. Passou a palavra para a Coordenadora do REM MT, sra Ligia Vendramin, que agradeceu a presença de todos e pediu para que cada conselheiro se apresentasse. Em seguida, Ligia solicitou que o moderador, sr Jose Vicente, explicasse a dinâmica da reunião. O sr Jose Vicente explicou como preencher o formulário Google Forms e como este seria usado para facilitar o documento. Na sequência, leu as respostas que os conselheiros presentes haviam enviado. Lígia, então, apresentou uma linha do tempo da construção da fase 2 do REM, recapitulando, também, a fase 1 do programa. Apontou os passos necessários após a aprovação da Repartição de Benefícios pelo Conselho Gestor até a assinatura do Acordo em Separado, que é, de fato, o contrato de Pagamento por Resultados de Redução de Emissões. Ligia explicou a metodologia da repartição de benefícios e informou sobre o atraso da adequação desta metodologia com a consideração dos índices de condição e qualidade de vida (ICQV) e de vulnerabilidade climática, afirmando que manteriam a metodologia da fase 1, fazendo os ajustes necessários quando o produto da consultoria responsável por essa adequação fosse entregue pelo IDH. O sr Fernando Sampaio, coordenador adjunto do REM MT e Diretor do Instituto PCI, recapitulou em que consistia a metodologia de repartição de benefícios, explicando a distribuição dos benefícios da fase 1 entre os subprogramas existentes a partir da metodologia de estoque-



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

fluxo, recapitulando e justificando os percentuais disponibilizados a cada subprograma. Após a fala do sr Fernando, o sr Edimar, representante da FEPOIMT, perguntou se a inclusão do estudo de vulnerabilidade, quando pronto, alteraria o percentual destinado a cada subprograma. O sr Fernando explicou o porquê da inserção dos índices de qualidade de vida e de vulnerabilidade climática, esclarecendo que seriam utilizados para a priorização de áreas/regiões a receberem benefícios, e não para a redistribuição dos recursos entre os subprogramas, de modo que os percentuais já fixados não seriam alterados. A sra Julia, representante da TNC, questionou a respeito do prazo para ter a metodologia da repartição de benefícios ajustada concluída. O sr Mauricio respondeu que isso ainda seria incerto, mas que deveria ocorrer no primeiro semestre. Falou da possibilidade de Mato Grosso usar as reduções do Cerrado (FREL Cerrado) para os pagamentos por resultados da fase 2 do Programa REM e que os estudos para a definição do gatilho ainda não teriam sido concluídos. Sem mais questionamentos, o consultor indagou se algum dos conselheiros não validaria a proposta submetida e o porquê. A sra Julia disse que o segmento das ONGs tem algumas preocupações: dúvida sobre as recomendações da avaliação de meio termo e se tais recomendações teriam sido incorporadas à repartição de benefícios da fase 2; se haveria tempo hábil para incorporar os dados dos estudos inacabados na repartição de benefícios fase 2; se as ações com resultados positivos seriam mantidas na fase 2; em que medida o monitoramento e avaliação de Salvaguardas refletiriam na construção da fase 2. Júlia indagou acerca de como seria feito um balanço entre a finalização da fase 1, início da fase 2 e incorporação das lições aprendidas e das recomendações. A sra Ligia respondeu sobre o desafio de sobreposição das fases, final da fase 1 e preparação da fase 2. Informou que a avaliação de meio termo estaria em finalização, tendo havido mais ponderações de cunho operacional (processos/procedimentos), que não afetariam a repartição de benefícios fase 2. Sobre os estudos inconclusos, Ligia afirmou que nada impede a incorporação dos dados, quando prontos, e que isso será feito. A sra Julia questionou, ainda, se a inclusão de um eixo para PCTs no subprograma AFPCTs atendia ao público, visto que a demanda era por um subprograma específico. A sra Ligia explicou que sim, que teriam recebido ofício do CEPCTs solicitando que fosse criado um subprograma específico, que não fosse baseado na distribuição fundiária. Explicou que a opção por não criar um subprograma específico levou



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

em conta que são poucos os territórios PCTs regularizados, o que acarretaria em pouco recurso. Ponderou que desconsiderar a questão fundiária exigiria a construção de uma nova metodologia desde o marco zero, visto que estoque-fluxo se baseia exatamente na distribuição fundiária. Tal esforço não levaria menos de 8 a 12 meses. A proposta da criação do eixo PCTs no subprograma AFPCT possibilita a destinação de um percentual do recurso direto aos PCTs. A especificação do que conterà no eixo será feita por meio de uma consulta aos PCTs, a ser realizada em cinco encontros. O sr Fernando complementou que os resultados das avaliações e relatórios, mesmo daquele procedente do Observa MT, não traziam demandas referentes à repartição de benefícios da fase 1. Reforçou o que foi dito pela sra Ligia, sobre a viabilidade e vantagem da opção pelo eixo para PCTs no subprograma de AFPCT. A sra Julia quis saber se a solução proposta estaria satisfatória para os demais conselheiros. O sr Edimar disse que, na opinião da titular do Conselho Gestor de REDD, a sra Eliane, seria necessário mais esclarecimento para que os povos indígenas possam aprovar, que deveria haver mais momentos de consulta. A sra Ligia respondeu/esclareceu que a fase 2 é uma continuidade a fase 1, que já houve uma reunião com a governança indígena e que a instância teria compreendido isso. O sr Edimar quis registrar em ata que a titular não se sentiria confortável em aprovar o documento sem uma nova consulta aos Povos Indígenas, embora haja afirmação de que se trata de uma continuidade, sem alterações dos percentuais. O sr Soilo, também representando a FEPOIMT, ponderou que há preocupação com a consulta aos Povos Indígenas. Entendem a continuidade, mas que é preciso conversar mais, em especial sobre os possíveis ajustes na repartição fase 2. A sra Ligia ponderou que o momento de consulta aos PCTs seria uma boa oportunidade de participação. Também os momentos de reunião da Governança Indígena. O sr Soilo ponderou que as demandas dos Povos Indígenas não convergem com os PCTs e que os processos de consulta são diferentes e o diálogo distante. Concordou com as discussões na Governança Indígena. O consultor novamente perguntou se algum conselheiro não validaria o documento de Repartição de Benefícios baseado na metodologia estoque-fluxo. O sr Edimar afirmou que a FEPOIMT validaria, porém com as ressalvas pontuadas. Sem mais falas, o documento foi aprovado. Após o intervalo, a discussão foi aprofundada aos subprogramas. 1 SAFPCT. O sr Edimar perguntou até quando o formulário poderia ser respondido. A sra Ligia pontuou que deveria



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

ser preenchido na reunião. A sra Ligia leu a sugestão de incluir ações voltadas ao turismo na Agricultura Familiar. O sr Leonardo Vivaldini, conselheiro suplente representante da SEAF, ponderou que não houve a incorporação do serviço de Turismo no plano da Agricultura Familiar. Sugeriu que o serviço de turismo poderia ser incluído nos planos de cadeia. O sr Edimar ponderou que a decisão indígena é coletiva e ele não poderia aprovar os eixos da fase 2 de modo particular. A sra Julia disse que as ONGs enviarão suas considerações a respeito dos subprogramas e reafirmou a preocupação com a situação dos PCTs. Ponderou que, quanto ao turismo rural, a PCI Barra do Garças poderia ter um piloto de turismo sendo fortalecido e que a TNC poderia compartilhar experiências do trabalho relacionado ao turismo nas terras indígenas Pareci. O sr Mauricio sugeriu a inclusão do termo PCT no título do eixo 4 do subprograma AFPCT. Em relação ao Subprograma de Territórios Indígenas não foram feitas sugestões. Para o subprograma PIMS (Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis), houve sugestão da Sra. Bárbara, representante do CIPEM, relacionada à regularização de unidades de conservação, para a qual a Sra. Ligia informou que o Programa REM não trabalha com a regularização de UCs. A sra Barbara disse que, embora o Programa REM não vá resolver essa questão, o tema precisaria ser debatido dada a sua relevância. Informou que haveria quatro espécies quase em extinção e que a lista ConaBio baseia-se em herbários, e que estaria desatualizada. A sra Daniela, coordenadora do subprograma PIMS, disse que há um estudo da Unemat para a revisão da lista pelo Subprograma PIMS. A sra Barbara encerrou sua fala pontuando sobre a necessidade de coletar mais amostras para o herbário. A sra Julia mencionou o eixo da pecuária sustentável e que pouco se falou do objetivo de regularização ambiental. Sobre as Cadeias de *commodities*, sugeriu usar indicadores relacionados aos processos de inovação e não à quantidade de pessoas. Acerca do subprograma de fortalecimento institucional (SFIPPE), Ligia explicou as alterações ocorridas nas nomenclaturas dos eixos. A sra Carolina, conselheira representante da FUNAI, perguntou se a FUNAI continuaria contemplada na Fase 2 e solicitou que fosse feita uma reunião com a diretoria da FUNAI de Brasília, visando maior engajamento da Funai e participação nas discussões. O sr Leonardo (SEAF) solicitou participação efetiva do Inca no que tange à regularização fundiária, especialmente relacionada aos PCTs. O Sr Mauricio sugeriu alterar a redação do eixo 2 para incluir o termo redução de emissões. A sra Ligia



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

respondeu à sra Carolina (FUNAI) que retomarão o processo de diálogo com a FUNAI. O moderador questionou, ainda, se haveriam sugestões de ordem geral. As sugestões dadas foram de: 1. Agendamento das próximas reuniões com maior antecedência; ao que se esclareceu que se cumpre o que está previsto em regimento, de agendamento com 15 dias de antecedência, e se explicou que um calendário com as datas das 4 reuniões ordinárias anuais deixou de ser publicado pela razão de que, na maioria das vezes, não se conseguia cumprir as datas pré-estabelecidas em função de agendas conflitantes ou mesmo da indisponibilidade de convidados e palestrantes para tais datas; 2. Maior publicidade das ações e resultados obtidos; 3. Continuidade do uso do formulário para colher informações dos participantes. Encerramento: tendo sido cumprida a pauta prevista para a reunião e não havendo mais questionamentos, a reunião foi encerrada às 17h20min.

Ajuda memória redigida por:

Caroline Chichorro

Analista de Meio Ambiente

Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+

Secretaria Executiva do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas

Angélica Estefânia

Profissional Administrativo

Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+/REM

Secretaria Executiva do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas